

13. Regularização de dívidas anteriores a 2017 e das faturas emitidas de contraordenações rodoviárias entre os anos de 2017 e 2020.

Submete-se para a apreciação e votação pelo Executivo Municipal a anulação das dívidas, nos termos do n.º 2, do artigo 11.º das Normas de Execução Orçamental para 2024. Tudo de acordo com documentos constantes no processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 12992

Data: 09/02/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Regularização de dívidas anteriores a 2017 e das faturas emitidas de contraordenações rodoviárias entre os anos de 2017 e 2020

Considerando que:

- Em 2017, com o intuito, por um lado, de dar cumprimento às recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas ao longo dos anos anteriores, e, por outro, assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no POCAL, foi concluído o projeto de implementação do novo ERP financeiro, cujo objetivo estratégico visava assegurar a integridade, confiabilidade e acessibilidade em tempo real dos dados e informações orçamentais e financeiras relevantes para o município.
- Com este projeto, pretendeu-se, de igual modo, evitar retrabalho, redundâncias e inconsistências de dados e processos; melhorar a eficiência, produtividade e racionalizar as operações de conferência e controlo do processo de despesa e receita.
- Assim, procedeu-se à implementação e correspondente integração dos seguintes módulos de apoio à gestão autárquica:
 - ✓ Gestão da contabilidade autárquica;
 - ✓ Gestão de faturação
 - ✓ Gestão da tesouraria
 - ✓ Gestão do património
 - ✓ Gestão de stocks
 - ✓ Gestão das obras por administração direta
- Em articulação com a equipa de auditores externos e revisor oficial de contas, foi decidido, ao nível do processo orçamental da despesa, registar na nova aplicação de contabilidade, de forma individualizada, todos os compromissos assumidos e não pagos bem como todos as obrigações. Ao nível do processo orçamental da receita, por limitação da informação disponível (o saldo de terceiros em dívida registado no sistema de faturação não correspondia com o saldo de terceiros em dívida contabilizado no sistema de contabilidade, muitas faturas foram emitidas em nome do consumidor final ou do município, etc), foi opção transitar para o sistema de contabilidade os saldos globais das dívidas de terceiros e manter o sistema de faturação anterior ativo para gestão da dívida anterior a 2017.
- Desta feita, a partir do ano de 2017, logrou-se alcançar maior sustentabilidade na aplicação de princípios fundamentais ao nível do sistema de gestão e controlo financeiro da autarquia – princípios da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização do exercício, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação – e, por conseguinte, a construção de uma imagem mais verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da Câmara de Braga.
- Volvidos 7 anos após o processo de implementação do novo ERP financeiro, torna-se necessário, ao nível do processo orçamental da receita, em face da opção assumida aquando da transição e explicada no ponto 4, concluir o processo de análise das dívidas de terceiros anteriores a 2017.
- Neste sentido, concluída a fase de validação dos montantes registados como dívidas de terceiros, foi possível recuperar os créditos cujas evidências permitiam assegurar a necessária fiabilidade, sendo que, outros, em face da impossibilidade de validar com fiabilidade o reconhecimento da dívida, mostra-se necessário proceder à sua regularização, por não reunirem os requisitos técnicos, atualmente exigidos pelo SNC-AP, designadamente através das NCP1,2,13, para reconhecimento como ativo por ausência de fiabilidade na mensuração.

- Por outro lado, mostra-se também necessário, por ausência de mensuração com fiabilidade exigidas nos termos do estabelecido pelo SNC-AP, de proceder a regularizações de faturas emitidas no período entre 2017 e 2020 no âmbito da faturação de contraordenações rodoviárias emitidas pelo serviço emissor Polícia Municipal.

1. Regularização de faturas anteriores a 2017

- 1.1. Nas demonstrações financeiras do município, à data de 31 de dezembro de 2023, está mensurado, na conta 21511 – “Clientes - Cobrança em atraso”, o montante de **1.492.909,13€** referente a guias em dívida que transitaram, em 01/01/2017, do anterior sistema da “CASO” para o novo ERP Financeiro da “AIRC”.
- 1.2. Como metodologia de trabalho, de forma a assegurar os necessários procedimentos de validação e conciliação de valores e saldos, foram extraídos do sistema financeiro da “CASO” a relação das guias/faturas que se encontravam em dívida (documentos classificados no estado “2-Guias em Dívida”). O valor apurado foi de **1.481.364,38€** para o período de 01/01/2002 a 31/12/2016.
- 1.3. Através da relação de valores em dívida, foram criados filtros de forma a sistematizar a dívida por classificação orçamental e serviço emissor. De seguida, procedeu-se ao cruzamento com os valores registado no sistema de contabilidade, quer na dimensão patrimonial quer na dimensão orçamental, de forma a sistematizar os documentos, contas patrimoniais e rubricas orçamentais a regularizar. Assim, propõe-se:
- 1.4. A correção do valor registado na conta 21511 – “Clientes - Cobrança em atraso” para o montante de **18.450,00€**, com a anulação do montante remanescente (1.474.459,13€), de acordo com o seguinte fundamento:

a) Guias emitida pela Polícia Municipal e Serviços Jurídicos

A anulação da dívida referentes às guias indicadas no anexo 1, no montante **997.868,63€**, pelos seguintes motivos: (i) tendo em conta a confirmação dos Serviços Jurídicos da inexistência de processos ativos referentes a anos anteriores a 2017, (ii) tendo em conta que os autos de contraordenação, com a data de infração anteriores a 31 de dezembro de 2020, são da competência de decisão e instrução da ANSR.

b) Guias de Ocupação da Via Pública e Publicidade

A anulação da dívida referentes às guias indicadas no anexo 2, no montante **66.310,83€**, pelo facto de não terem enquadramento no procedimento aprovado através da informação n.º I/326/DF/2017, da qual resultou o levantamento de todos os processos de ocupação da via pública e publicidade, sendo que, nas situações em que foi possível estabelecer evidências para a existência do direito a receber, foram emitidas novas faturas no ERP Financeiro da AIRC.

c) Guias de Loteamento e Obras

A anulação da dívida referentes às guias indicadas no anexo 3, no montante **38.108,76€**, conforme justificações inscritas.

d) Guias de taxas de Mercados e Feiras

A anulação da dívida referentes às guias indicadas no anexo 4, no montante **5.031,30€**, conforme justificações inscritas.

e) Guias de Outros impostos e taxas

A anulação da dívida referentes às guias indicadas no anexo 5, no montante **3.831,72€**, distribuído pelas seguintes tipologias de receita: 375,33€ da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); 121,20€ da Taxa de depósito da ficha técnica da habitação; 28,60€ da Taxa pela emissão do certificado de registo e; 3.306,59€ de outros impostos e taxas municipais. Atendendo à tipologia destas taxas, as quais são cobradas no ato do pedido, do levantamento, ou, no caso da TMDP, no momento da transferência bancária, pressupõe-se que estas guias resultam de erros de emissão não regularizados.

f) Guias de Venda de bens e serviços correntes

A anulação das dívidas relativas a guias emitidas de vendas de bens e relacionadas com serviços prestados no âmbito dos equipamentos desportivos, atividades culturais, parque de campismo e outros serviços, no montante total de **31.160,35€**, conforme anexo 6, distribuído pelas seguintes tipologias de receita:

- Cemitérios: anulação do montante de 1.646,96€, não sendo possível validar a totalidade das dívidas, verifica-se que a maioria das guias por liquidar são referentes a renovações de sepulturas reservadas que continuaram a produzir efeitos nos anos seguintes, pelo que, tal como para as restantes guias, pressupõe-se que as mesmas resultam de erros de emissão (duplicações).

- Parques de campismo: Anulação das guias por liquidar no montante de 7.852,62€ (emitidas em nome de consumidor final), por resultarem de erros de emissão e por não terem sido anuladas em tempo útil, tendo em conta que, de acordo com os procedimentos instituídos, estas guias eram emitidas com a entrega da receita arrecadada pelo Serviço na Tesouraria.

- Parques de estacionamento: Regularização das guias relativas a estacionamento com parómetros coletivos em zonas autorizadas, no montante de 5.738,11€ por não ser possível validar a existência destas dívidas, eventualmente, pela não utilização do serviço.

- Serviços Desportivos: Anulação das guias relativas à utilização de equipamentos desportivos, no montante de 13.893,11€. Deste montante, 8.727,45€ são referentes a mensalidade na frequência de aulas nas piscinas municipais, pelo que, tendo em conta os procedimentos em vigor na altura, pressupõe-se que estas guias são referentes a utentes que nesses meses não frequentaram os equipamentos e não se procedeu (à suspensão da inscrição) e subsequente anulação das guias em tempo útil. Relativamente ao valor restante, não sendo possível validar a origem dos documentos e confirmar a dívidas, pressupõe-se que as mesmas resultam de erros de emissão.

- Outros Serviços: Anulação de guias no montante global de 2.029,55€ referentes a venda de bens, serviços culturais, transporte de cadáveres e outros serviços, por não ser possível validar a origem dos documentos e confirmar a dívidas, pressupõe-se que as mesmas resultam de erros de emissão ou, no caso do transporte de cadáveres já não ser possível reclamar o montante em falta junto do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.,

g) Guias de Outras receitas

A anulação das dívidas relativas às guias indicadas conforme justificação indicada no quadro seguinte.

Ano	Serviço emissor	Guias de receita	Data	NIF	Nome	Valor	Justificação para anulação
2016	020	98	08/04/2016	501346791	SPORTING CLUBE DE BRAGA	41 172,74	Guia emitida em duplicado; Guia n.º 2016/020/146 Guia n.º 2016/020/147
2016	120	134	19/02/2016	503933813	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA	98 013,71	Verba não transferida para o município
2007	023	60	31/05/2007	505031159	PREDIRRIOR-IMOBILIÁRIA, S.A. e OUTRA	31 559,34	Guia emitida em duplicado. O requerente efetuou o pagamento da TMU, no montante de 90.469,35€, em 3 prestações, tendo o seu pagamento efetuado através das seguintes Guias: Guia n.º 2006/021/801 Guia n.º 2006/023/89 Guia n.º 2008/023/1
2016	023	111	28/07/2016	511147236	SCC - SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, S.A.	150 060,00	Guia emitida em duplicado: Guia n.º 2016/023/119

h) Correção do saldo final

Correção ao saldo contabilístico, com a anulação do montante em dívida de 11.544,75€, por não ter sido possível conciliar com os valores registados no sistema de faturação “CASO”.

2. Regularização de faturas de contraordenações rodoviárias entre 2017 e 2020

2.1. Anulação das faturas identificadas no anexo 8, no montante total de 264.793,45€, tendo em conta que os autos de contraordenação com a data de infração anteriores a 31 de dezembro de 2020, são da competência de decisão e instrução da ANSR. Ou seja, todos os autos emitidos e não cobrados pelo município ou contestados, eram remetidos para a ANSR, entidade competente para a instrução e decisão destes processos. No âmbito desta competência a ANSR, à medida que efetuava as cobranças, transferia para o município a parte a que este tinha direito, sem nunca prestar informação dos autos cobrados. Assim, como até 31 de dezembro de 2020, a ANSR é a entidade competente para a instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviária, é a ela que recai a direito de reconhecer as dívidas, assistindo ao município apenas o direito de reconhecer o rendimento no momento da transferência efetuadas pela ANSR.

Face ao exposto, propõe-se submeter a apreciação e votação pelo Executivo Municipal a anulação das dívidas, nos termos do n.º 2, do artigo 11.º das Normas de Execução Orçamental para 2024.

O Chefe de Divisão